



## Governo do Estado de São Paulo Companhia Paulista de Parcerias - CPP

CNPJ/MF nº 06.995.362/0001-46

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo. A criação, objetivos, principais características e competências da Companhia Paulista de Parcerias – CPP foram previstas no Capítulo IV da Lei 11.688/2004. A CPP constitui importante instrumento de colaboração, apoio e viabilização do Programa de Parcerias Público-Privadas. Além disso, está autorizada a disponibilizar, mediante remuneração adequada, bens, equipamentos e utilidades para a Administração Estadual, bem como gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Estado ou por ela adquiridos. A CPP desenvolveu em 2007 várias atividades previstas em sua lei de criação, em especial, no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo. A atuação da CPP ocorreu sempre sob orientação do Conselho Gestor do Programa de PPP e, em todos os projetos de PPP, de forma coordenada com a Unidade de PPP da Secretaria de Economia e Planejamento. Ao longo de 2007, a CPP colaborou ativamente na análise da modelagem e na formatação de Projetos de Parceria Público-Privada, em suas diferentes etapas, bem como no monitoramento e acompanhamento de contratos já firmados, com destaque para o Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4 do Metrô de São Paulo. No âmbito da Administração Estadual, o Decreto nº 52.152/2007, de 11 de setembro de 2007, criou a Comissão de Acompanhamento de Contratos de PPP firmados pela Administração Estadual Direta ou Indireta, integrada por representante da CPP e dedicada especialmente a monitorar etapas e/ou eventos que possam ter impacto orçamentário ou financeiro ao Estado ou à CPP. As principais iniciativas da CPP ao longo de 2007 foram:

- **Linha 4 – Amarela do Metrô de SP:** monitorou a implementação do contrato de PPP firmado em 29.11.2006 com o Concessionário da Linha 4 e implementou o contrato de garantia firmado em 22.12.2006, especialmente em relação ao Fundo exclusivo constituído junto à Nossa Caixa e ao trabalho do agente garantia previsto no contrato assinado com a concessionária.
- **Estação de Tratamento de Água do Reservatório de Taiaçupeba:** integrou o grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Energia e Saneamento formado para revisar o edital e o modelo anteriormente aprovados. A modelagem revisada do projeto foi aprovada pelo Conselho Gestor em 30-05-2007.
- **Trem de Guarulhos / Expresso Aeroporto:** integrou o grupo de trabalho coordenado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos com o objetivo de analisar os estudos técnicos e a modelagem do projeto. Trata-se de um projeto que pretende interligar o centro de São Paulo ao Município de Guarulhos e ao Aeroporto Internacional de Guarulhos (Cumbica), facilitando o transporte entre estas localidades por meio da implantação de serviço

dedicado de transporte sobre trilhos. • **Reforma e capacitação dos Trens da Série 5000:** integrou o grupo de trabalho coordenado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos para desenvolvimento da modelagem do projeto. A proposta preliminar do projeto foi aprovada em reunião do Conselho Gestor de PPP de 12-07-2007. • **Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro (Fundação para o Remédio Popular – FURP):** participou de reuniões de desenvolvimento do projeto após autorização para aprofundamento dos estudos técnicos concedida em reunião do Conselho Gestor de PPP, em 30.05.2007. O projeto prevê a ampliação da Planta de Produção da FURP, visando a operação, manutenção e complementação da infraestrutura por um parceiro privado da nova unidade de produção de medicamentos, em Américo Brasileiro. • **Complexo Desportivo “Constância Vaz Guimarães” – CVG:** concluídos os estudos relativos ao Projeto de Modernização, a CPP realizou uma apresentação à Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo (SELT) com uma síntese das alternativas para implementação do referido projeto. • **FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios):** assessorou, assim como o fizera desde o início da operação, nas etapas finais de colocação em mercado do FIDC não-padronado da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). O fundo, protocolado junto à CVM em 29.09.06, tem caráter inovador no financiamento a investimentos de infra-estrutura e captou um montante de R\$ 200 milhões com a colocação de cotas seniores, no valor de R\$ 150 milhões, e cotas subordinadas, no valor de R\$ 50 milhões, estas últimas adquiridas pela CPP. A operação foi finalizada em março de 2007, com a assinatura do contrato de compra e venda de cotas subordinadas do FIDC pela CPP. Dentre outras atividades de apoio, análise e divulgação do Programa de PPP, a Companhia Paulista de Parcerias foi convidada a expor o Programa Paulista de Parcerias em alguns eventos, nacionais e internacionais, relacionados a temas afins. Nestas ocasiões, além da divulgação do Programa de PPP e da carteira de projetos do Governo do Estado de São Paulo, a CPP pôde estreitar seu relacionamento com especialistas setoriais de governos e empresas privadas. **Gestão Financeira** – A administração financeira da CPP pauta-se pela otimização da utilização dos ativos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade dos mesmos, compatível com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação. Neste sentido, em 2007, foi concluída a aquisição de recebíveis do DER, conforme contrato firmado em 2006, no valor de R\$ 37.600.685 (trinta e sete milhões, seiscentos mil e seiscentos e oitenta e cinco reais), referentes aos créditos vincendos no exercício de 2014, que correspondem ao ônus fixo previsto nos contratos

de concessão rodoviária firmados entre o Estado de São Paulo e as Concessionárias Autoban, Vianorte e Triângulo do Sol. Houve também a subscrição de 50 (cinquenta) cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Não-Padronado da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no valor total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais). No âmbito do contrato de garantia firmado com a Concessionária da Linha 4, a CPP constituiu o “Fundo de Investimento CPP – Linha 4 – Renda Fixa”, administrado pelo Banco Nossa Caixa e cujo patrimônio líquido, em 28.12.2007, era de R\$ 195.399.971 (cento e noventa e cinco milhões, trezentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e um reais). O Conselho de Administração decidiu, em abril de 2007, pela integralização parcial do saldo de juros sobre capital próprio creditado em dezembro de 2006, conforme deliberação anterior dos acionistas, no montante de R\$ 26.574.697 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e seiscentos e noventa e sete reais), tendo sido o saldo restante de R\$ 10.532.330 (dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil e trezentos e trinta reais) pago aos acionistas. Em 31.12.2007, a CPP creditou aos seus acionistas, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 45.544.393 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e três reais), dos quais R\$ 7.706.957 (sete milhões, setecentos e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais) já foram pagos no decorrer de 2007, correspondentes a 25% do lucro líquido apurado até o 3º trimestre de 2007, imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 14.04.2007, remanescendo um montante de R\$ 37.837.436 (trinta e sete milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais) como crédito dos acionistas para futura capitalização ou pagamento em data a ser definida. A determinação das condições para futura capitalização ou pagamento dos juros sobre capital acima referido estará sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária da companhia que deliberar sobre a aprovação das contas de 2007 e a destinação do lucro líquido do exercício. Finalmente, ainda, de acordo com deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, em 27/4/2007, foi aprovado o aumento de capital mediante a subscrição de ações ordinárias nominativas atribuídas ao Estado de São Paulo, a serem integralizadas com recursos oriundos da alienação de imóveis que constam do Anexo I da Lei Estadual 11.688/04, no valor de R\$ 42.561.981.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em Reais)			
ATIVO	Nota Explicativa	2007	2006
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	3	60.435.240	88.904.907
Clientes		94.015	-
Créditos a receber	4	38.170.713	38.643.457
Impostos a compensar	5	31.525.767	32.336.958
Outros créditos	6	1.522.551	1.137.064
		<u>131.748.286</u>	<u>161.022.386</u>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Créditos a receber	4	242.349.565	262.408.258
Títulos e valores mobiliários	7	254.067.751	200.000.000
Fundo de investimento em garantia	8	195.399.971	173.833.216
		<u>691.817.287</u>	<u>636.241.474</u>
<b>PERMANENTE</b>			
Imobilizado		13.026	-
		<u>13.026</u>	-
		<u>823.578.599</u>	<u>797.263.860</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em Reais)						
	Nota Explicativa	Subscrito	A Integralizar	Capital Social		Total
				Total	Reserva Legal	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b>		652.179.457	-	652.179.457	3.787.571	74.214.053
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(37.107.027)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	56.822.904
Constituição de reserva		-	-	-	2.841.145	(2.841.145)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b>		652.179.457	-	652.179.457	6.628.716	91.088.785
Aumento de capital não integralizado	10	42.561.981	(42.561.981)	-	-	-
Integralização de juros sobre o capital	9 e 10	26.574.697	-	26.574.697	-	26.574.697
Juros sobre o capital próprio	9	-	-	-	-	(45.544.393)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	51.566.460
Constituição de reserva	14	-	-	-	2.578.323	(2.578.323)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2007</b>		<u>721.316.135</u>	<u>(42.561.981)</u>	<u>678.754.154</u>	<u>9.207.039</u>	<u>94.532.529</u>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em Reais)

**Nota 1 - Contexto Operacional** - A COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP é uma sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 e Lei Estadual nº 11.688 de 19 de Maio de 2004, constituída em 06 de agosto de 2004. Foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu artigo 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis da Legislação Societária e a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76). **Nota 3 - Disponibilidades** - As disponibilidades da Companhia estão integralmente aplicadas junto ao Banco Nossa Caixa com liquidez diária e rentabilidade média próxima a 100% do CDI. As disponibilidades estão assim distribuídas:

Bancos Conta Movimento:	2007	2006
Nossa Caixa	137.866	1.001.732
<b>Aplicações Financeiras:</b>		
Nossa Caixa - FIF Estatais Renda Fixa	35.330.252	2.449.443
Nossa Caixa - CDB	<u>24.967.122</u>	<u>85.453.732</u>
	<u>60.435.240</u>	<u>88.904.907</u>

**Nota 4 - Créditos a Receber** - Refere-se a direitos de crédito de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, referente ao ônus fixo relativo aos contratos de concessão rodoviária firmados entre DER/SP e as concessionárias Autoban, Triângulo do Sol e Vianorte, adquiridos pela Companhia em 29 de agosto de 2005, pelo valor de R\$ 200.492.446. A realização desses créditos tem cronograma definido, devendo ocorrer no período de 2006 a 2013. Em 5 de setembro de 2006, foi firmado um aditivo ao contrato de cessão de direitos de crédito entre a CPP e o DER/SP. Por meio do aditivo, a CPP adquiriu mais uma parcela do fluxo de recebíveis referente ao ônus fixo relativos aos contratos acima mencionados, pelo valor de R\$ 100.000.000. O recebimento dos novos créditos deverá ocorrer no período de 2007 a 2016. Em janeiro de 2007 a Companhia concluiu a aquisição de créditos vincendos no exercício de 2014, no total de R\$ 37.600.685, conforme previsto no contrato firmado em 29 de agosto de 2005. Os créditos vincendos em 2014 foram adquiridos em quatro parcelas trimestrais, perfazendo um desembolso total de R\$ 18.312.161. O total a receber entre janeiro de 2008 e dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo, será de R\$ 486.075.013, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Ano	Autoban	Triângulo do Sol	Vianorte	Total
2007	2.460.313	378.908	853.834	3.693.055
2008	29.358.180	4.521.389	10.188.549	44.068.118
2009	35.440.426	5.458.102	12.299.349	53.197.877
2010	35.229.628	5.425.638	12.226.194	52.881.460
2011	36.654.559	5.645.088	12.720.705	55.020.352
2012	52.943.943	8.153.781	18.373.821	79.471.545
2013	55.492.651	8.546.301	19.258.332	83.297.284
2014	42.973.755	6.618.294	14.913.738	64.505.787
2015	16.634.860	2.561.898	5.773.010	24.969.768
2016	<u>16.634.860</u>	<u>2.561.898</u>	<u>5.773.010</u>	<u>24.969.768</u>
	<u>323.823.175</u>	<u>49.871.297</u>	<u>112.380.542</u>	<u>486.075.014</u>

A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado. A seguir apresentamos a correspondente distribuição efetuada:

	2007	2006
Ativo Circulante	<u>38.170.713</u>	<u>38.643.457</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>242.349.565</u>	<u>262.408.258</u>
	<u>280.520.278</u>	<u>301.051.715</u>

**Nota 5 - Impostos a Compensar** - Os créditos de impostos a compensar estão assim distribuídos:

	2007	2006
IRRF sobre aplicações financeiras - até 2006	13.653.779	24.921.648
IRRF sobre aplicações financeiras - 2007	6.844.026	-
Antecipação de IRPJ por estimativa	4.350.739	1.068.987
Antecipação de CSLL por estimativa	6.417.959	6.139.488
Outros créditos de impostos	<u>259.264</u>	<u>206.835</u>
	<u>31.525.767</u>	<u>32.336.958</u>

**Nota 6 - Outros Créditos** - Trata-se do pagamento de serviços contratados pela CPP mediante autorização do Conselho Gestor do Programa PPP e relativos a projetos específicos. Referem-se à estruturação e colocação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para a CPTM e à contratação de serviços técnico-especializados de avaliação, estruturação e busca de parceiros privados para o projeto de modernização do Complexo Desportivo Constância Vaz Guimarães (CVG). Em obediência às normas legais que regem a atuação da CPP, prevê-se em ambos os casos o ressarcimento à CPP das despesas incorridas na contratação e acompanhamento desses serviços, quando da sua conclusão.

	2007	2006
CPTM	455.042	247.000
CVG	1.067.400	889.500
Outros	<u>109</u>	<u>564</u>
	<u>1.522.551</u>	<u>1.137.064</u>

**Nota 7 - Títulos E Valores Mobiliários** - Visando a diversificação de seus ativos, a Companhia, em 18 de setembro de 2006, concluiu junto ao Estado de São Paulo a aquisição de 13.793.103.448 ações preferenciais de classe B de emissão da CESP – Companhia Energética Paulista, pelo valor de R\$ 14,50 por lote de mil ações, sendo o total de R\$ 200.000.000. Em razão do agrupamento de ações realizado pela CESP, na proporção de 1.000 ações para 1 ação da mesma espécie e classe, deliberado pelo Conselho de Administração da CESP em 06 de julho de 2007 e aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2007, a CPP passou a ser detentora de 13.793.103 ações preferenciais classe B de emissão da CESP. As frações resultantes do agrupamento foram vendidas pela CESP no leilão realizado em 14 de setembro de 2007. Os valores resultantes da alienação dessas frações foram disponibilizados aos respectivos acionistas, cabendo a CPP o valor de R\$ 13,66. O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED, em sua 193ª reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2007, deliberou sobre a retomada do processo de privatização da CESP. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC solicitou à CPP, por meio do Ofício nº 013/2008, a adoção das providências cabíveis para que a CPP aderisse ao leilão de venda a ser realizado pelo Estado. O Conselho de Administração da CPP aprovou a adesão da CPP em 08 de fevereiro de 2008, com a alienação da totalidade das ações preferenciais classe B de titularidade da CPP. Tal adesão foi submetida e aprovada pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas na sua 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2008. Em continuidade a diversificação e no desempenho de sua função de garantidora de obrigações e de viabilizadora de projetos de interesse da Administração do Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu, em 5 de março de 2007, 50 cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) – FIDC NP CPTM, no valor de R\$ 1.000.000 cada, totalizando R\$ 50.000.000, lastreado em receitas de bilheteria de estações designadas da CPTM, com remuneração equivalente à taxa exigida pelos cotistas seniores no processo de *bookbuilding*, acrescida de 0,75%. Os títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

	2007	2006
Ações da CESP	199.999.993	200.000.000
FIDC CPTM	<u>54.067.758</u>	-
	<u>254.067.751</u>	<u>200.000.000</u>

### A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em Reais)			
	Nota Explicativa	2007	2006
Impostos sobre serviços		(68.607)	(28.619)
Lucro Bruto		412.848	172.212
Receitas (Despesas) operacionais			
Administrativas		(1.455.325)	(1.688.365)
- Honorários de administradores		(1.193.410)	(920.986)
- Tributos		(2.507)	(2.831)
- Publicação legal		(51.056)	(43.679)
- Serviços de terceiros		(127.654)	(319.330)
- Despesas gerais e administrativas	12	(80.479)	(396.247)
- Depreciação e Amortização		(1.109)	-
- Outras receitas operacionais		890	2.708
Financeiras	13	10.192.179	31.307.650
- Receitas financeiras		62.222.077	70.783.094
- Juros sobre o capital próprio	9	(45.544.393)	(37.107.027)
- Outras despesas financeiras		(6.485.505)	(2.368.417)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro e reversões		9.149.702	29.791.497
Imposto de renda		(2.293.379)	(7.366.333)
Contribuição social sobre o lucro		(834.256)	(2.709.287)
Lucro antes das reversões		6.022.067	19.715.877
Reversão dos juros sobre o capital próprio	9	45.544.393	37.107.027
Lucro líquido do exercício		<u>51.566.460</u>	<u>56.822.904</u>
Lucro por lote de mil ações		<u>R\$ 71</u>	<u>R\$ 87</u>

### DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em Reais)

	Nota Explicativa	2007	2006
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>			
<b>Das operações</b>			
Lucro líquido do exercício		51.566.460	56.822.904
Itens que não afetam o capital circulante líquido:			
- Rendimentos em investimentos de longo prazo	13	(31.672.710)	(333.216)
- Correção monetária de créditos de longo prazo	13	(9.606.841)	(2.147.807)
- Depreciação e amortização do ativo imobilizado		1.109	-
		<u>10.288.018</u>	<u>54.341.881</u>

Dos acionistas			
Integralização de juros sobre o capital próprio	9 e 10	26.574.697	-
De terceiros			
Redução do realizável a longo prazo		40.337.172	37.089.441
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>		<u>77.199.887</u>	<u>91.431.322</u>

	2007	2006	
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>			
Aumento dos investimentos de longo prazo	7	54.633.434	487.289.515
Aquisição de bens do ativo imobilizado		14.135	-
Juros sobre o capital próprio	9	45.544.393	37.107.027
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>		<u>100.191.962</u>	<u>524.396.542</u>
Redução do capital circulante líquido		(22.992.075)	(432.965.220)
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>			
Ativo circulante no início do exercício		161.022.386	585.291.077
Ativo circulante no fim do exercício		<u>131.748.286</u>	<u>161.022.386</u>
Varição do ativo circulante		<u>(29.274.100)</u>	<u>(424.268.691)</u>
Passivo circulante no início do exercício		47.366.902	38.670.373
Passivo circulante no fim do exercício		<u>41.084.877</u>	<u>47.366.902</u>
Varição do passivo circulante		<u>(6.282.025)</u>	<u>8.696.529</u>
Redução do capital circulante líquido		<u>(22.992.075)</u>	<u>(432.965.220)</u>

**Nota 8 - Fundo de Investimento em Garantia** - Refere-se ao “Fundo de Investimento



...Continua

## Govern do Estado de São Paulo Companhia Paulista de Parcerias - CPP

CNPJ/MF nº 06.995.362/0001-46

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em Reais)

Estado de São Paulo em 721.316.125 ações, que totalizam R\$ 721.316.125, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, com participação de 10 ações, que totalizam R\$ 10. Em 28 de fevereiro de 2007, conforme deliberação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, bem como em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2007, foi aprovado o aumento de capital mediante subscrição de 42.561.981 ações ordinárias nominativas atribuídas ao Estado de São Paulo, a serem integralizadas com recursos oriundos da alienação de imóveis listados na Lei Estadual nº 11.688/2007. Em abril de 2007, os acionistas decidiram pelo aumento de capital, mediante subscrição de 26.574.697 ações ordinárias nominativas atribuídas na proporção de suas participações no capital social da Companhia, integralizadas com saldo de juros sobre o capital próprio creditado em dezembro de 2006, no valor de R\$ 26.574.697, conforme descrito na Nota 9. **Nota 11 - Prestação de Serviços** - A receita de prestação de serviços reconhecida pela Companhia refere-se à remuneração de garantia concedida ao Metrô de São Paulo S.A., em favor de BNDES Participações S.A., na emissão de debêntures como captação de recursos para o financiamento parcial da Linha 2. A remuneração é feita à taxa de 0,25% ao ano, em bases trimestrais, calculada sobre o montante total garantido pelo Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Futuros, que garante ao BNDESPAR parte dos créditos do DER/SP cedidos à Companhia, na possibilidade do não cumprimento pelo Metrô de suas obrigações. **Nota 12 - Despesas Gerais e Administrativas** - Em 2006, estão incluídos, além de despesas administrativas gerais, cursos, diárias, passagens e R\$ 275.600 referentes a investimentos em projetos culturais de cunho audiovisual, indicados pela Secretaria de Estado da Cultura. **Nota 13 - Resultado Financeiro** - O resultado financeiro, entre as diversas modalidades de operações com instrumentos financeiros, pode ser assim demonstrado:

	2007	2006
Rendimentos de aplicações financeiras	43.821.742	66.350.400
Juros sobre direitos de crédito	5.077.558	1.216.219
Correção monetária de direitos de crédito	11.095.972	2.432.006
Varição monetária ativa	2.226.806	280.612
Juros remuneratórios sobre empréstimos	-	503.857
Total de Receitas Financeiras	62.222.078	70.783.094
Juros pagos sobre capital próprio	(45.544.393)	(37.107.027)
Perdas com fundo de investimento	(6.058.087)	-
Outras despesas financeiras	(427.419)	(2.368.417)
Total de Despesas Financeiras	(6.485.506)	(2.368.417)
	10.192.179	31.307.650

A diminuição das receitas financeiras em 2007 se comparadas ao ano de 2006 reflete, em parte, a redução da taxa de juros durante o ano (a média da meta de Taxa Selic variou de 15,40% em 2006, para 12,09% em 2007) e a

recolocação de parcela significativa de recursos da CPP, anteriormente aplicados no Banco Nossa Caixa, os quais foram utilizados na aquisição de Recebíveis do DER/SP, ações da CESP e cotas subordinadas do FIDC/CPTM. Por outro lado, ampliou-se a receita financeira proveniente dos Recebíveis adquiridos junto ao DER/SP. No caso do Fundo RF Linha 4, o objetivo do fundo é possuir aplicação em títulos que pagam juros sobre a variação do IGP-M – Índice Geral de Preços ao Mercado e do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Além de acompanhar estes índices, a variação do rendimento reflete seu componente prefixado (cupom). O Fundo de Investimento Nossa Caixa CPP Linha 4 RF se comparado ao benchmark de mercado, apresentou de janeiro a dezembro de 2007, uma rentabilidade de 15,32%, o que representa 129,60% do CDI. **Nota 14 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício** - Foi constituída a Reserva Legal no montante de R\$ 2.578.323 (R\$ 2.841.145 em 2006), equivalente a cinco por cento (5%) do Lucro Líquido do exercício. **Nota 15 - Instrumentos Financeiros** - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à preservação de sua capacidade financeira para apoiar, observadas as diretrizes e os limites legais para sua atuação, a viabilização de projetos de interesse da Administração do Estado de São Paulo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, quando aplicáveis. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. a) Disponibilidades e aplicações financeiras - Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. b) Créditos a receber - Os valores de mercado dos direitos de créditos foram calculados com base no seu valor presente conforme condições contratuais, acrescidos de correção monetária. c) Títulos e Valores Mobiliários - Para os fundos de investimentos os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. A participação societária em ações preferenciais classe B de emissão da CESP está registrada pelo seu valor de custo. O valor de mercado foi apurado com base na cotação de fechamento do último pregão ocorrido na BOVESPA no exercício (dia 28/12/2007), de R\$ 43,43 por ação (R\$ 0,25 em 2006), conforme apresentados abaixo:

	2007	2006
Valor Contábil	199.999.993	200.000.000
Valor de Mercado	599.034.463	344.827.586
	399.034.470	144.827.586

d) Fundo de Investimento em Garantia - Os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. A Companhia não mantém transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras. **Nota 16 - Alterações da Legislação Societária** - Lei 11.638/07 - A Lei 11.638 de 28/12/2007 alterou e revogou dispositivos da Lei 6.404/76, especialmente em relação às práticas contábeis, com vigência a partir do exercício de 2008. Na avaliação da Administração, as principais alterações que poderão ter efeito sobre as demonstrações contábeis da Companhia a partir do exercício de 2008, são as seguintes: a) Apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa em substituição a das Origens e Aplicações de Recursos; b) Apresentação da Demonstração de Valor Adicionado; c) Distingue a escrituração para fins de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis societárias daquelas destinadas para atendimento à legislação tributária; d) As normas a serem expedidas pela CVM, deverão estar de conformidade com os padrões internacionais de contabilidade; e) Opção para que as companhias fechadas adotem para escrituração as normas da CVM para companhias abertas; f) Aplicação às sociedades de grande porte (ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões), mesmo não constituídas sob a forma de sociedade por ações, das disposições da Lei 6.404/76 sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria por auditor independente registrado na CVM; g) Aplicações em instrumentos financeiros, em direitos e títulos de crédito, quando destinadas à negociação ou disponíveis para venda passarão a ser avaliadas pelo seu valor de mercado ou equivalente. As demais aplicações devem ser avaliadas pelo seu custo atualizado ou ajustado ao provável valor de realização; h) Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante; i) Efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de identificar a necessidade de reconhecer perdas nas situações que os bens não produzam resultados suficientes ou revisão dos critérios e das taxas de depreciação, amortização e exaustão; j) Criação de dois subgrupos de contas: o intangível, no ativo permanente, e os ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O "Intangível" registrará os bens incorpóreos, inclusive o "goodwill" adquirido; e o subgrupo "Ajustes de avaliação patrimonial" registrará a contrapartida de ajustes de avaliações de determinados ativos a preço de mercado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. A Administração está analisando os possíveis efeitos que as alterações possam provocar sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008.

DIRETORIA	MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	CONTADOR:
George Hermann Rodolfo Tormin - Diretor Presidente; Tomás Bruginiski de Paula - Diretor; Claudia Polto da Cunha - Diretora	Mauro Ricardo Machado Costa; Francisco Vidal Luna; George Hermann Rodolfo Tormin; Mario Engler Pinto Junior; Rafael Chelles Barroso.	Mara Aparecida dos Santos Kássia Caldeira Atílio Gerson Bertoldi.	Lyodegar Aparecido Cantor Marques CRC 1SP 044189-O/9

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das

Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, complementados por Notas Explicativas, bem como do Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nos exames realizados e no Parecer de 20 de fevereiro de 2008, dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o

Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação dos Acionistas.  
É o Parecer.

São Paulo, 08 de abril de 2008.

**Mara Aparecida dos Santos - Kássia Caldeira - Atílio Gerson Bertoldi**

#### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Paulista de Parcerias - CPP - 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:

a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2008

**BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECOM**

**Auditores Independentes S/S - CRC - 2SP 005.528/O-2  
Sílvia Cesar Cardoso - Contador - CRC - 1SP 188.428/O-5**

## COMERCIAL E EMPREENDIMENTOS BRASIL S/A

CNPJ Nº 60.583.747/0001-41

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras, acompanhado das Notas Explicativas esclarecedoras das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Colocamos à disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 28 de janeiro de 2008. **A DIRETORIA**

#### Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2007

ATIVO	31.12.2007	31.12.2006	PASSIVO	31.12.2007	31.12.2006
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.367.261,48</b>	<b>2.398.320,42</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.462.875,67</b>	<b>2.777.486,18</b>
Disponibilidades	597.460,71	144.520,49	Provisão p/Pagamentos à Efetuar	2.279,28	2.279,28
Contas à Receber	107.407,49	257.771,07	Contribuições e Encargos à Recolher	28.162,43	6.101,04
Títulos e Valores Mobiliários	2.460.688,31	947.735,50	Impostos à Pagar	12.645,42	14.719,38
Adiantamentos à Empregados	2.073,87	18.100,00	Contas à Pagar	472.994,70	652.904,05
Créditos à Receber	1.143.504,05	15.000,00	Dividendos à Pagar	744.274,89	1.901.253,14
Impostos e Contribuições à Compensar	55.316,45	1.012.474,64	Provisão p/Pagamento de Férias	60.588,40	56.804,51
Almoxarifado	-	2.022,24	Provisão p/Imposto de Renda	98.127,72	94.238,21
Despesas Antecipadas	810,60	696,48	Provisão p/Contribuição Social	43.802,83	49.186,57
<b>REALIZÁVEL À LONGO PRAZO</b>	<b>24.717.179,76</b>	<b>24.131.494,41</b>	<b>EXIGÍVEL À LONGO PRAZO</b>	<b>36.434,69</b>	<b>71.607,25</b>
Imóveis	13.346.026,23	12.995.272,07	Contas à Pagar	1.500,00	1.500,00
Depósitos Judiciais	2.096.691,47	2.142.643,45	Cretores Diversos	-	35.172,56
Impostos à Compensar	3.307.665,73	2.977.823,96	Fundo de Reserva	34.934,69	34.934,69
Contas à Receber	3.339.968,70	3.340.235,38	<b>RES. DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>1.264.695,08</b>	<b>1.219.438,48</b>
Devedores Diversos	96.766,94	146.750,05	Receitas de Exercícios Futuros	1.264.695,08	1.219.438,48
Deved. p/Compr. de Compra de Imóveis	1.264.617,01	1.219.438,48	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>34.143.665,99</b>	<b>29.975.873,47</b>
Créditos à Receber	1.034.931,52	1.034.931,52	Capital Social	15.006.507,44	15.006.507,44
Despesas de Exercícios Futuros	230.512,16	274.399,50	Reservas de Capital	7.859.053,42	6.429.691,09
<b>PERMANENTE</b>	<b>7.823.230,19</b>	<b>7.514.590,55</b>	Reservas de Lucros	5.611.359,58	5.611.359,58
<b>Investimentos</b>	<b>5.455.368,89</b>	<b>5.279.137,24</b>	Resultados Acumulados	5.666.745,55	2.928.315,36
Part. Capital Soc. Coligadas/Controladas	4.458.509,33	4.285.395,02	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>36.907.671,43</b>	<b>34.044.405,38</b>
Participação Capital em Outras Sociedades	543,32	43,32			
Investimentos p/Incentivos Fiscais	12.760,32	12.760,32			
Empréstimo Compulsório - DL 2288/86	36.184,85	33.567,51			
Opções p/Incentivos Fiscais	947.371,07	947.371,07			
<b>Imobilizado</b>	<b>2.367.861,30</b>	<b>2.235.453,31</b>			
Instalações	-	42.407,41			
Móveis e Utensílios	47.547,91	87.682,64			
Veículos	1.096.360,62	1.885.304,83			
Imóveis	1.065.490,07	1.064.979,23			
Sistema de Processamento de Dados	105.498,08	89.885,37			
(-) Depreciações Acumuladas	-	(987.770,79)			
Dep. Coop. Rural de Telecomunicações	2.600,75	2.600,75			
Direitos de Uso	50.363,87	50.363,87			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>36.907.671,43</b>	<b>34.044.405,38</b>			

#### Investimentos em Coligadas e Controladas

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	NOSSA PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
				PORCENTAGEM	VALOR
BFL S/A-Empreen.Gerais	4.600.000,00	5.866.891,67	467.628,65	45,869565%	2.691.117,69
Fazenda Maranhão S/A	2.600.000,00	1.242.935,88	(118.196,08)	15,369384%	191.031,59
Limeiratec Tecnologia S/A	1.766.730,00	1.719.450,09	(46.437,82)	50,000000%	1.576.360,05

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2007

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Totais
Saldo em 31.12.2006	15.006.507,44	6.429.691,09	5.611.359,58	2.928.315,36	29.975.873,47
Reservas de Capital	-	1.429.362,33	-	-	1.429.362,33
Dividendos Distribuídos	-	-	-	(7.042.094,30)	(7.042.094,30)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	9.780.524,49	9.780.524,49
<b>Saldo em 31.12.2007</b>	<b>15.006.507,44</b>	<b>7.859.053,42</b>	<b>5.611.359,58</b>	<b>5.666.745,55</b>	<b>34.143.665,99</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e de conformidade com os preceitos da Legislação Tributária. **2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - O Regime de tributação utilizado no exercício é o de Lucro Presumido. As Receitas e Despesas estão regis-

tradas pelo regime de competência. Os Títulos e Valores Mobiliários estão representados por aplicações financeiras de curto prazo e acrescidos dos rendimentos decorridos até a data do Balanço. Os Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas, foram avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial. A Contribuição Social sobre o Lucro, foi calculada a alíquota de 9% observando-se a legislação específica. O Imposto

de Renda foi calculado a alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o excedente calculados com base no lucro presumido. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado, está representado por 107.339 ações ordinárias, sem valor nominal. São Paulo, 28 de janeiro de 2008.

**MARIA JOSÉ SALES NORTE**

CONTADOR - CRC 1SP06070/O-5

ANTRANIK KISSAJIKIAN

DIRETOR SUPERINTENDENTE